

Bluménau em Cadernos



TOMO XI — ★ FEVEREIRO DE 1970 ★ — Nº. 2

CANTO DOS COOPERADORES

**ESTA PUBLICAÇÃO PODE SOBREVIVER GRAÇAS
À GENEROSA CONTRIBUIÇÃO DOS
SEGUINTEs COOPERADORES:**

Cremer S/A. — Produtos Têxteis e Cirúrgicos

Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A.

Indústrias Têxteis Comp. Hering S/A.

Dr. Henrique Hacker — Blumenau.

José Sanches Júnior — S. Paulo.

Prefeitura Municipal de Blumenau.

Companhia de Cigarros Souza Cruz.

Empresa Industrial Garcia S/A.

Arthur Fouquet — Blumenau.

Tecelagem Kühnrich S/A.

Eletro Aço Altona S/A.

Blumenau

em Cadernos

T O M O X I — ★ FEVEREIRO DE 1970 ★ — N.º 2

O NAUFRÁGIO DO "POTOSI"

Fernando MÜLLER

Folheando "Blumenau em Cadernos", na edição de dezembro de 1969, encontro um artigo do Sr. Celso Liberato, sob o título "O GALDROPE DO LEME".

A narração me fêz lembrar um evento trágico de que participei.

Aconteceu no tempo em que era presidente da República o Dr. Campos Salles. A Bolívia litigava com o Brasil a propósito do Território do Acre. Havia dificuldades do Brasil transportar tropas para garantir a posse daquele Território. O govêrno convocou, então, todos os marujos brasileiros, empregados em barcos de transporte, para se alistarem a fim de participarem da campanha.

Da Companhia de Navegação Fluvial Itajaí-Blumenau, proprietária dos Vapores "Blumenau" e "Progresso" alistaram-se alguns marinheiros, entre êles Augusto Faht, Jacinto e eu. Depositamos as nossas carteiras em mãos do Sr. Fernando de Souza, que era Agente da Capitania dos Pôrtos de Itajaí.

Nunca fomos convocados para seguir para o Acre, mas ficamos sob as ordens do Prático da Barra de Itajaí. Se não me falha a memória, o prático era o senhor Maia.

Certa manhã, não me lembro nem dia, nem mês, nem ano. Mas foi nos princípios dêste, ou nos fins do século passado.

O sinaleiro da Atalaia içou sinal chamando o Prático da Barra para ir buscar um navio que solicitava entrada, alegando avaria. Era um grande navio de três mastros, denominado "POTOSI". À tardinha, com maré alta, o "POTOSI" vinha de Aracajú, em trânsito para o Chile, onde carregaria guano. O "POTOSI" estava com brechas no casco. Foram chamados carpinteiros, calafeteiros e pintores de vários pontos e à tripulação foram dadas férias. O comandante Jacobsen seguira para Blumenau ou para Brusque, para internar a espôsa que estava para dar à luz. Jacobsen parece que residia no Norte e, de regresso, levaria a família.

Num domingo de tarde levantou-se uma sinistra tempestade. O vento soprava rijo do lado do norte, contra a cidade. O nosso vaporzinho "Progresso" estava amarrado ao trapiche da firma Asseburg e todos os demais trapiches estavam tomados por grandes e pequenas embarcações, desde o dos Konder até os do Liberato. O gigante "POTOSI", no meio do rio, parecia um elefante no meio de gatos e cachorros. A tempestade foi endurecendo e como o "POTOSI" estivesse já provido de velas, enroladas em todos os mastros, a âncora não resistiu ao empuxo e o gigante ia sendo arrastado em direção aos trapiches, ameaçando de abalroamento às embarcações a êles atracadas. Não fôsse a agilidade e coragem de Fritz Runte, filho adotivo do Pastor Runte, de Badenfurt, e ter-se-ia verificado uma enorme catástrofe. O mesmo jogou-se de tóda a altura da proa do "POTOSI" com uma corda fina enrolada à cinta. A essa corda fina os marujos do "POTOSI" haviam amarrado uma corda grossa, que Runte passou pela argola da bóia e, quando o "POTOSI" passou por essa bóia, já Runte havia completado a manobra, passando a corda grossa à tripulação do navio.

O nome de Fritz Runte andou em elogios na bôca de todo mundo. Também na amotinação do pessoal do vapor "Blücher", em 1914, Runte teve ação destacada

Numa quinta-feira de tarde, o prático da barra do pôrto de Itajaí notificou o Comandante Jacobsen para que se aprontasse para o dia seguinte, que era sexta, pois o "POTOSI" teria que levantar ferros para desocupar o pôrto e prosseguir a sua viagem. Os marinheiros do grande navio, entretanto, negaram-se a começar a viagem numa sexta-feira, pois, além de supersticiosos, estavam muito descontentes. Mas, não havia outra alternativa para o Comandante senão obedecer à notificação do Prático que queria aproveitar a maré alta de lua. O calado do navio era grande.

Na sexta-feira bem cedo, o rebocador "Jan" foi intimado pelo Prático da Barra a rebocar o "POTOSI" para fora do rio. O "Jahn" não tinha mais que quatro tripulantes e como o vigia da Atalaia tinha avisado temporal, o prático pediu reforço dessa tripulação. O mestre do "Jahn" era o senhor Butzke, o maquinista era um espanhol, de quem não me lembro o nome e era casado com uma senhora aparentada com a família Salinger, de Blumenau. O foguista era o Jacinto e o cozinheiro Augusto Bretzke.

Sexta-feira bem cedo veio o senhor Fernando de Souza, agente da Capitania do Pôrto e íntimo do nosso Comandante, que era Alfredo Hipólito do Canto, pedir três homens para reforçar a tripulação do "Jan". Fomos escolhidos Augusto Faht, marinheiro, Werneck, foguista e eu, cozinheiro.

A maré estava alta, a brisa fresca e o prático era um bravo homem. Êle tivera uma forte discussão com Jacobsen. Mas afinal foi amarrada uma corda grossa ligando a proa do "POTOSI" com a pôpa do "Jahn". Nas praias fronteiras à cidade, amontoava-se muita gente, inclusive as namoradas que os marinheiros do grande barco, que eram quase todos nortistas e gente alegre, haviam arranjado na estadia forçada. Mas a maior preocupação dos marujos era a sexta-feira

Lancei, por várias vêzes, olhares para a praia e vi muitos lenços abanando adeuses. Na Atalaia continuava o sinal de perigo. Não me inco-

modei muito com isso. Eu sabia nadar bem.

Como o rio Itajaí vinha trazendo muita água do interior e jogava-a para o mar, formavam-se grandes redemoinhos e o grande barco não obedecia ao leme. O "Jahn" não tinha potência suficiente para manter o navio rebocado no rumo certo.

O "POTOSI" era impellido para o sul; mas naquele lado da Barra, havia altos rochedos. O práctico procurava impelir o navio para o norte, desviando-o do perigo iminente.

Tudo parecia ir bem. A Atalaia içou a bandeira vermelha. Os marinheiros, com uma corda, ajudavam o Comandante a manobrar o leme. O contra-mestre e o imediato com os marinheiros ajudavam a recolher as velas e amarrá-las ao redor dos mastros. Foi quando se deu a fatalidade. O cabo do reboque rebentou e o "POTOSI" afastou-se indo encalhar numa rocha submarina que o práctico estava procurando contornar. •

O práctico tentou alcançar o cabo que se rompera e para isso dirigiu o "Jahn" na direção do navio em perigo. Mas ondas encapeladas lavavam o convés do "Jahn" e nós nem tempo tínhamos de limpar os olhos ou cuspir. O velho práctico não soltou o leme do "Jahn", conseguindo se aproximar do "POTOSI" e gritar para a tripulação que pegasse o cabo. Mas, já era tarde demais. Mal alcançáramos a escada do portaló do "POTOSI", o "Jahn" afastou-se bruscamente.

O Comandante Jacobsen segurou-me pela camisa e pediu-me que cortasse a corda que o prendia ao leme. Nêsse meio tempo, as ondas esbravejantes tinham erguido o navio, soltando o leme da pedra a que se prendera e atirando-o, com tôda a fôrça sôbre a mesma, rachando o fundo do barco. A água invadiu os porões. O navio afundou sem dar tempo a que a carga de sal derretesse, aliviando o pêso.

Nesse meio tempo, o "Jahn" conseguira se aproximar mais uma vez do "POTOSI", menos pelo impulso de sua hélice, que parecia um ventilador funcionando acima das águas, do que pela atração do vácuo provocado pelo barco que afundava.

Não me lembro se foi o Jacobsen ou o Butzke que atirou uma corda até o "Jahn", o que foi a nossa salvação. Eu já me via na bôca dos tubarões.

Da Atalaia, o sinaleiro continuava chamando por socorro. Não sei se tudo se consumou em dez minutos ou em duas horas. Já adentrávamos a barra do Itajaí, com o Comandante Jacobsen a bordo do "Jahn" quando recuperei os sentidos, na proa do rebocador. Olhei para fora da barra e vi grande número de embarcações rodeando o local do naufrágio, atendendo aos pedidos de socorro da Atalaia, procurando sobreviventes da catástrofe. Foram encontrados apenas sete ou oito. Três dias depois, ainda acharam um cadáver na praia de Cabeçadas.

No dia seguinte ao naufrágio, um sábado, o "Progresso" zarpou para Blumenau e, com êle, eu e o Werneck, ocupados no nosso serviço. Em Blumenau passamos dois ou três dias, recebendo carga. De volta a Itajaí,

ainda vi os poucos marinheiros sobreviventes do "POTOSI" que percorriam as ruas da cidade, em companhia de outros velhos marinheiros do pôrto, levando uma vela de lona, segura pelas quatro pontas, rezando orações à Nossa Senhora dos Navegantes e recolhendo recursos para a sua volta à terra natal. Depois eu soube que êles tiveram sucesso na coleta e seguiram para o Norte do Brasil num navio de passageiros. Nunca mais vi o capitão Jacobsen. Soube que êle também embarcara para o norte, em companhia da espôsa e de um filho aqui nascido, não sei se homem ou mulher. Se essa criança ainda estiver hoje viva, ou algum seu descendente, que receba as minhas saudações.

A Celso Liberato eu quero agradecer a oportunidade que me proporcionou com o "Geldrope do Leme" de relembra um fato que já estava esquecido num cantinho do meu tesouro de recordações.

REMINISCÊNCIAS

H. P. Zimmermann

Nas minhas "Reminiscências" anteriores falei sôbre a casa comercial do Sr. Adolfo Altenburg, um notável estabelecimento comercial em minha cidade natal. Não era ela a única grande casa de comércio em Gaspar, pois havia lá outra, que com ela rivalizava em importância. Era a casa da firma Carlos Procópio Hoeschl, que além de uma grande loja de tecidos, de armarinho e ferragens, mantinha também, grandes depósitos de aguardente, açúcar mascavo e farinha de mandioca. Comprava êstes produtos dos colonos de Gaspar e os exportava para vários Estados brasileiros, especialmente para o Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro e ainda para o Uruguai e Argentina.

O Sr. Carlos Procópio Hoeschl foi o fundador desta firma, que iniciou as suas atividades, se não me falha a memória e de

acôrdo com o que ouvi, no ano de 1856. Depois de seu falecimento, a firma passou a pertencer à sua filha Maria Cândida, a "Tia Mimi", como era por nós conhecida. Conseguiu ela contratar, para gerenciar a sua casa comercial, o Sr. José Spengler, filho de colonos de Gaspar, ou melhor, do bairro de Poço Grande. Residia êle em Florianópolis, onde trabalhava como empregado numa grande casa comercial, quando recebeu o convite para gerenciar a casa comercial de "Tia Mimi" em Gaspar. Nela trabalhou por muitos anos, deu-lhe notável impulso e a transformou numa grande firma, conhecida em todos os Estados, desde o Rio de Janeiro até o Rio Grande do Sul, e também, no exterior. Com idade não muito avançada a morte o surpreendeu e pôs têrmo às suas atividades como gerente da firma.

Os negócios desta firma, como também aconteceu com a do Sr. Adolfo Altenburg, não se limitavam à compra e venda de mercadorias. Além destas funções, elas desempenhavam aquilo que hoje chamaríamos de empresa financiadora, pois graças a elas, os colonos podiam cuidar de seu trabalho de plantar e beneficiar os seus produtos, sem maiores preocupações financeiras. Na ocasião das safras, levavam os seus produtos à casa comercial, que lhes pagava preço razoável. Com o produto da venda do açúcar, do aguardente, da farinha de mandioca ou arroz, pagavam as dívidas que nela haviam contraído durante o ano e recebiam em dinheiro as sobras. Como estas, em muitos casos eram de certo vulto e como não havia banco em Gaspar, deixavam-nas depositadas a juro módico na mesma firma, só retirando o que necessitavam para realizar melhorias em seus estabelecimentos rurais, construir casas de morada melhores ou para outros fins úteis. Era este um sistema, hoje completamente fora de uso, mas que na época produzia ótimos resultados para ambas as partes isto é, para as casas comerciais e para os colonos.

Talvez haja quem diga, que este processo econômico devia carrear grandes lucros às firmas e empobrecer gradativamente os colonos. Isto porém não acontecia, pois a isto se opunham por um lado a honestidade daquêles comerciantes, que pagavam preços razoáveis pelos produtos que adquiriam e vendiam as suas mercadorias igualmente a preços razoáveis; por outro lado, os colonos na sua maioria, eram homens econômicos, que evitavam todos os gastos evitáveis e inúteis. Apenas

aquêles colonos, que não sabiam ou não queriam viver moderadamente e em conformidade com as suas rendas, no fim acabavam mal e bastante endividados. Assim mesmo, isto acontecia contra a vontade dos comerciantes, pois êstes, quando viam que um colono estava gastando mais do que era o montante de suas rendas, advertiam-no disto e procuravam orientá-lo no sentido de uma sadia recuperação de sua economia. De uma maneira geral estas casas comerciais muito contribuíram para o desenvolvimento das lavouras, especialmente nos períodos das entressafras.

Depois de funcionar por longos anos na própria casa residencial de "Tia Mimi", a firma da Sra. Maria Cândida Hoeschl passou a sediar-se em casa nova, especialmente construída para este fim e que ficava localizada no lado oposto da rua, frente à casa residencial. Pouco depois foi construído um grande depósito ao lado da casa comercial, onde se armazenavam açúcar, aguardente e farinha de mandioca. Ali mesmo êstes produtos eram ensacados ou transferidos dos grandes tonéis para pequenos barrís, para serem exportados. O movimento dêste estabelecimento comercial era intenso e volumoso, e cresceu grandemente depois da liquidação da firma Adolfo Altenburg em Gaspar. Para a época, podia a firma Hoeschl ser considerada uma das grandes firmas em tôda a região do Vale do Itajaí. Diariamente ali se encontravam grande número de carroças, que traziam produtos coloniais e levavam as mercadorias de que os colonos necessitavam.

"Tia Mimi", se bem que não à testa dos negócios, todavia acompanhava com grande interês-

se todo o movimento de sua firma. Sempre que podia, estava na loja ou no escritório, falava com os colonos e suas mulheres, quando faziam compras ou levavam produtos à firma. Era conhecida de todo mundo e sua casa residencial com o tempo tornou-se como que ponto obrigatório de parada, de viajantes ou de pessoas das cidades vizinhas, que passavam por Gaspar. Freqüentemente tinha hóspedes, que, residindo em outras cidades, vinham passar uma pequena temporada em Gaspar. Era ela uma personagem bastante interessante, viva e perspicaz, de gestos nervosos, que participava de todos os movimentos políticos, cívicos ou sociais. Era interessante ouvi-la falar sobre política e sobre os homens públicos, tal o seu interesse e sua preocupação pelo desenvolvimento das coisas. Mas, também, sabia ser bastante agressiva e não regateava com recriminações, quando sabia que um homem público não agira de acôrdo com as suas idéias. Por vêzes se apaixonava de tal maneira, que chegava a ser injusta nas suas expressões.

Uma de suas grandes preocupações sempre foi a Igreja e a religião. Diariamente assistia a missa matinal na igreja matriz, raramente faltava as novenas que precediam às festas religiosas e sempre mostrou-se muito interessada em tôdas as iniciativas da igreja, especialmente no que dizia respeito à escola paroquial.

Tôdas as vêzes que Gaspar recebia a visita do Bispo Diocesano, era ela quem concitava o povo com suas palavras inflamadas, a fazer tudo o que fôsse possível, para que o Sr. Bispo tivesse uma recepção condigna. Era na casa dela que o Bispo se para-

mentava depois de lhe ser oferecido um lauto jantar por "Tia Mimi", para dali seguir em procissão festiva até a igreja matriz. Sobre êste assunto também já me referi numa das minhas reminiscências.

"Tia Mimi" gostava de tocar piano e cantar. Esta sua inclinação pela música, levou-a a cuidar da organização de um còro para a igreja, do qual participava ativamente. Gostava, também, de teatro. Graças a isto, a população da pequena cidade de Gaspar sempre teve oportunidade de assistir apresentações teatrais, naturalmente de pequenas proporções e de acôrdo com as modestas possibilidades que neste sentido a cidade oferecia. O fato é, que em Gaspar, já naquela época, se cantava muito e se assistia representações teatrais. E, nunca se apresentou o elenco amador de teatro em Gaspar, sem que "Tia Mimi" nêle desempenhasse um papel. Foi ela, uma atriz amadora de um entusiasmo contagiante, que sabia arrancar da mente de todos os demais atores e atrizes amadores, tôda a timidez de se apresentar no palco.

"Tia Mimi" faleceu repentinamente, sem deixar herdeiros diretos e os parentes próximos, residentes em Gaspar, não quizeram qualificar-se como herdeiros. O seu espírito dinâmico, a sua vontade de viver, talvez foram a causa de ela vir a falecer sem deixar um testamento ou qualquer outra disposição sobre o destino de seus grandes bens Creio, que ela própria nunca acreditou, que a morte a pudesse algum dia surpreender, por isto nunca cuidou de dispôr para post mortem, sobre o que possuía. Assim, quando faleceu, tudo passou a ser pro-

priedade do Govêrno.

Naturalmente, "Tia Mimi" também teve inimigos e desafetos. Quem é que os não tem? Mas ela deixou uma grande lacuna na vida de minha pequena terra natal. Muitos são os que dela se lembram com saudades, mas o rôlo pesado do tempo continua nivelando tudo, mesmo a memória das pessoas que de qualquer maneira se tornaram notáveis na comuni-

dade de uma região. Hoje, as pessoas idosas que passam por Gaspar, que conheceram "Tia Mimi", que frequentavam sua casa, olham para tudo que dela lá dá testemunho. Olham entristecidas, porque os grandes casarões que lhe pertenceram ainda estão lá, mas nêles já não mais está a velha "Tia Mimi" e com isto já não mais exercem qualquer atrativo para aquêles que a conheceram. Sic transit glória mundi...

ESTANTE DOS «CADERNOS»

«A CONTRIBUIÇÃO TEUTA À FORMAÇÃO DA NAÇÃO BRASILEIRA» Carlos A. Oberacker - 582 páginas, com um mapa e ilustrações - Formato 15x22 cm. Editôra Presença. Rio de Janeiro, 1968.

Entre as publicações sôbre assuntos teutobrasileiros, conquistou o livro de Carlos H. Oberacker Jr. - «A Contribuição Teuta à Formação da Nação Brasileira» um lugar de destaque e reconhecido merecimento.

A presença alemã na formação brasileira não interessa apenas a alemães ou descendentes de alemães. Concorreram para o desenvolvimento e enriquecimento da cultura brasileira outros povos além dos portugueses, formando o caráter nacional-brasileiro de hoje. Aspecto interessante e importante da influência estrangeira sôbre a vida brasileira é o enriquecimento de valores culturais e experiências acumuladas no país de origem dos imigrantes, padrões de vestuário, de alimentação, de trabalho, locomoção etc. O problema, porém, apresenta outro aspecto ainda. Diferenças do meio físico no país adotivo, envolvem fatalmente a mudança de hábitos e costumes às condições novas, que afetam profundamente a vida do imigrante. O aparecimento de atitudes novas, associadas a valores culturais novos com que o imigrante vai estabelecendo contatos, inicia o processo de assimilação.

Contém o volume de Carlos H. Oberacker Jr. ora apresentado, além da apresentação da 2a. edição pelo Prof. Dr. Gilberto Freyre (a primeira edição foi apresentada pelo Prof. Dr. Sérgio Buarque de Holanda) uma pesquisa histórico-sociológica no desenvolvimento da nação brasileira, demonstrando a contribuição alemã e a sua importância. Dividido em 4 períodos nitidamente acentuados, o autor analisa as personalidades que participavam na formação nacional, o período colonial, (1500-1822), primeiro império

e regência (1822-1840), segundo império (1840-1889) e república (depois de 1889).

Ornam a obra de Carlos H. Oberbacker Jr., rica ilustração e um mapa dos núcleos coloniais do Brasil Meridional. (C. Ficker)

«TEOPHILO BENEDICTO OTTONI» - *Frei Olavo Timmers C.F.M.* - 80 páginas, formato 16x22, 5 cm - Gráfica Santo Antônio Ltda. Divinópolis, Minas Gerais, 1969

Participando das comemorações do centenário do falecimento, ocorrido a 17 de outubro de 1869, do dr Teófilo Benedito Ottoni, fundador da bela cidade que traz o seu nome, o Rvmo. Frei Olavo Timmers acaba de editar um magnífico trabalho sôbre as origens, organização e atividades da Companhia do Mucuri, criada para estabelecer uma ligação fluvial entre o nordeste de Minas Gerais e o litoral baiano e fundar estabelecimentos agrícolas que teriam por centro o núcleo, inicialmente denominado Filadélfia, e que depois tomaria o nome glorioso do seu fundador.

O estudo do Frei Olavo é digno de destaque pela abundância de dados históricos, pela clareza da linguagem, pela honestidade com que versa o assunto, pela simplicidade da exposição. É um trabalho que se lê com prazer, apesar da objetividade do tema, nem sempre compatível com floreios de linguagem, nem aprimoramentos de estilo. A fundação e desenvolvimento de Filadélfia são um dos mais interessantes e comoventes episódios da colonização alemã no Brasil e dêle ressaltam a atividade, constância e, sobretudo, o grande amor ao Brasil do extraordinário político, homem de negócios e empresário que foi Teófilo Benedito Ottoni.

O Frei Olavo teve a gentileza de enviar um exemplar do seu trabalho para a nossa Biblioteca. Agradecemos muito essa bondade e esperamos continuar merecendo de S. Revma. a sua valiosa e estima cooperação.

«Do Meu Caderno de Recordações»

Problemas de Linguagem

Ayres Gevaerd

Convivendo com os policiais do destacamento, cujo número variava entre 5 a 10, necessários para evitar, principalmente, a incursão de bugres nas diversas linhas coloniais; com os canoeiros que conduziam pessoas e mercadorias da barra do Itajaí e finalmente, com os primeiros comerciantes que se estabeleceram na sede, todos, policiais, canoeiros e comerciantes, descendentes de portugueses e açorianos, foi possível aos colonizadores germânicos aprender regular número de palavras da língua portuguesa.

Conhecidos por caboclos, a êles se deve, nesta região, graças ao

freqüente contato com as sucessivas leva: imigratórias, de forma bruta, aparentemente sem expressão, a adaptação à nova Pátria.

Freqüentemente designamos estrangeiros como pioneiros em determinadas regiões. Mas êsse pioneirismo só foi possível com a ajuda do nosso caboclo, nas funções de prático ou guia, conhecedor de caminhos.

Pedro J. Werner, Franz Sollentien, Paulo Kelner e outros tidos como pioneiros, desbravadores, eram latifundiários, donos de engenhos de serrar madeira.

O nosso lendário «Vicente Só», segundo os registros históricos, é um exemplo frisante do desbravador caboclo. Em suas andanças gostou de nossa região e instalou-se com sua família em local próximo à atual praça que tem o seu nome. Nos próprios documentos e mapas da Colônia, tôda parte da cidade situada no lado direito do rio Itajaí mirim, era conhecida por «Vicente Só».

Mas, voltando ao início desta crônica onde citava a forma de como nossos antepassados aprenderam as primeiras palavras da língua Pátria, devia ter sido curioso e cômico ao mesmo tempo, o esforço que ambos deviam fazer para se entenderem. A mímica certamente, acompanhada pelas palavras, pronunciadas sabe Deus como, era um modo auxiliar. O fato é que, de um e de outro lado, empregavam-se as melhores intenções e esforços para entendimento mútuo.

Com o passar do tempo, gradativamente, a compreensão melhorava. A assimilação se processava lentamente até que as primeiras escolas particulares e oficiais com professores brasileiros, apareceram. E isso só se verificou no início deste século; antes, as escolas tinham professores alemães, nomeados pelo Governo. Professores particulares para ensino de vernáculo só era possível a famílias de condições prósperas.

Meu objetivo primordial, nestas considerações, é lembrar que, do contacto amigável, comercial e social do caboclo com o colono, permaneceram nos dias atuais, palavras, alteradas involuntariamente, possibilitando a imagem ou traçar a figura da melhor forma possível e alguns hábitos: na alimentação, na convivência social e familiar, nos folguedos, na roupagem e outros.

Nesta crônica desejo apenas referir-me a algumas palavras e alguns alimentos, deixando para outra oportunidade apreciar os demais aspectos.

As palavras que menciono mais adiante, hoje raramente ouvidas na cidade, são, entretanto, ouvidas com freqüência no atual município de Guabiruba regiões da Estrada do Pedro, Sterntal, Holstein, Langestrasse, Pomerstrasse, Planície Alta e outras, ocupadas inicialmente e por famílias originárias de Baden, Alemanha, de onde vieram a maioria de nossos colonos.

Seus descendentes, muito numerosos hoje, ocupam, dividida e subdividida, a área de terras que seus antepassados receberam. Em certos lugares o agrupamento é inconveniente, pouco prático, promiscuo até, merecendo medidas educacionais urgentes. Note-se que algumas palavras são misto de alemão, português e dialeto badense. O badense, assim como é pronunciado assim encontra-se escrito. Por exemplo: 'In Kreizz ist Heil' - "Na Cruz, está a salvação"

Caboclo - Capócla
Espera - Sehpara

Juiz de Direito - Chusterred
Tropeiro - Tropea

Espiar - Schpekulia	Manuel (Maneca) - Manéco
Coragem - Kurach	Balaio - Palai
Melado - Melad	Pataca - Patak
Petiço - Petiss	Picada - Pikade
Pirão - Piron	Venda (loja) - Vende
Facão - Facon	Gamela - Kamel
Canôa - Canoh	Bodoque - Pitok
Jararaca - Schararak	Bicho berne - Bischbern

Por sua vez o cabloco não ficou atrás. Com a mesma dificuldade na pronúncia, êle alterou e simplificou muitas palavras, algumas das quais são utilizadas normalmente :

Betrunken - Bitruca
Schieben - Chiba
Kuchen - Cuca
Schmierem - Schmia
Tiefe - Tifa

O que dizer dos nomes próprios que causam sérias dificuldades no Registro Civil? Em Brusque são frequentes :

Verviebe - Faiba
Susterhen - Sestren
Vogel - Fogel
Emerich - Emerim
Kohler - Kôla
Krieger - Kriga
Schlösser - Schlessa
Ristow - Rista

Paulo Bianchini contou-me o seguinte fato, verídico, que ocorreu na Pomerstrasse, há muitos anos.

Como se sabe, existe naquele lugar uma estrada, simples, hoje carroçável, que permite acesso a Garcia, Blumenau. Nos primeiros tempos da Colônia, era um caminho que além de servir aos colonos, era utilizado por pequenas pontas de gado, aos cuidados de um ou mais tropeiros, que as conduziam até a sede. Porém, no percurso vendiam um ou outro animal a colonos mais ou menos abastados.

Um casal de colonos, originários de Baden, Alemanha, localizados à margem daquela picada, achavam-se capinando certo trecho de sua propriedade, quando apareceu uma dessas pequenas tropas, originárias da zona serrana. A senhora do colono observando os animais, chamou a atenção do marido para uma vaca que tinha a seu lado um bezerro; lembrou-o da utilidade desse animal e pediu que interpelasse o tropeiro, sobre o preço. Num misto de português e dialeto badense o colono perguntou: "Tropêa, schperra um poco; quanto cushta aquela kuh vaca grande mit dem klona pequena méquele kalb datai"?

Na alimentação o colono iria modificar a gostosa feijoada, comida tipicamente brasileira, mudando seus ingredientes. Não só alterou o seu preparo como também o dia para ser comida.

Geralmente a dona de casa tem seus maiores afazeres nas segundas

feiras, especialmente com a lavação de roupa. Preparada o feijoada, ela incluía as sobras de domingo: restos de carne, macarrão, arroz, etc. Levada ao fogão a senhora não tinha maior preocupação a não ser manter o fogo sem interrupção até ao meio dia, hora do almoço com o serviço de lavação terminado. Na feijoada, tipicamente nossa, a alteração veio prejudicar seu gosto, mas no aipim alemão introduziu gostosas modalidades em seu preparo. A simples lembrança das modificações no aipim e de uma feijoada completa brasileira, trazem água na "bôca da gente".

ARQUIVOS EM FOCO

Sebastião CRUZ

"Retificações e as 104 primeiras Leis, Decretos e Resoluções da Província de Santa Catarina"

Em "Arquivos em Foco" anterior - Tomo X, nº. 11, fls. 212 a 218, rogo anotar algumas correções que escaparam ao revisor: no segundo período da pag. 215, leia-se - Tem razão o snr. Walter F. Piazza. A Colônia Nova Itália, depois Dom Affonso, fundada em 1836, situava-se no local citado (em referência no primeiro período da mesma pag., ou seja, as margens do Rio Tijucas na estrada que liga São João Baptista à Tigipió, antiga Boa Vista, no local que se denomina até hoje de "Colônia" e Nova Trento situava-se (como até agora) no Ribeirão Alferes, onde deságua no Rio do Braço, afluente do Rio Tijucas; na sétima linha deste mesmo período leia-se: "Peixer": na 21ª linha da página 216, leia-se: "19 de janeiro"; na 14ª linha da pag. 217, leia-se: "utilizadas" em vez de "estabelecidas"; os "sic" confirmam a ortografia então usada, como - pag. 217 - "Cambriú", "Santa Catharina" "para sima" e a duplicação das consoantes. Vale aqui acrescentar o zelo do revisor em seu delicado e difícil trabalho que agradeço inclusive pelas correções dos meus erros.

x x x

No velho arquivo da Câmara de Pôrto Belo - amplo município que abrangia os Vales do Itajaí Açú e do Tijucas, cujas fronteiras iam do Oceano Atlântico, ao Leste, até a Serra Geral, nos divisores das águas dos citados rios litoraneos com os rios serranos da Bacia do Prata, afluentes dos rios Uruguai e Iguacú ao Oeste e ao Sul no Rio Tijucas, com o Município de São Miguel e Norte no Rio Gravatá, com o Município de São Francisco - a Província de Santa Catarina contava então com sete municípios (Destêrro, São José, São Miguel, Pôrto Belo, São Francisco, Laguna e Lajes - para os atuais 257 do nosso Estado, dos quais, 48 resultaram de desmembramentos, em divisões e sub-divisões do grande Pôrto Belo que foi a Colônia Nova Ericeira em 1818, passando à Freguezia de Garoupas em 1824 e Município de Pôrto Belo em 1833) - como ia dizendo, no velho arquivo da Câmara de Pôrto Belo, encontrei um livro tipo ata, no qual foram transcritas paciente-mente pelo Secretário da mesma Câmara, as primeiras 104 Leis, Decretos,

Resoluções e regulamentos da Província de Santa Catarina, numa só seqüência numérica, sem destacar, com numeração própria, em séries diferentes para as Leis, para os Decretos, para as Resoluções e para os Regulamentos, o que é curioso, pois foge à norma que se aplica em tais casos.

Antes de oferecermos aos leitores um resumo dêesses interessantes diplomas legais, faz-se mister lembrar que com a Independência do Brasil, foi promulgada a Constituição do Império em 25 de março de 1824, criando, nas Províncias, os Conselhos Gerais, sem função legislativa, apenas para indicar as necessidades locais à Assembléia Geral, na Côrte, único poder legislativo existente. Nem as Câmaras Municipais - uma espécie de executivo-colegiado que eram. Daí uma legislação sem atender os interesses regionais. A solução veio com a Lei n.º 16, de 12 de Agosto de 1834 - Ato Adicional - descentralizando o Govêrno, no permitir a criação das Assembléias Provinciais, com 36 deputados nas Províncias maiores, 28 nas médias e 20 nas menores. Em Santa Catarina, os 20 Deputados foram eleitos em 9 de Novembro de 1834, realizando a primeira sessão - preparatória - em 27 de Fevereiro de 1835, para ser instalada a primeira Assembléia Legislativa da Província de Santa Catarina, em 1.º de Março do mesmo ano, sob a Presidência do Deputado Dr. Manoel Paranhos da Silva Veloso, tendo como Presidente da Província, Feliciano Nunes Pires, sendo, por ambos poderes - executivo e legislativo - (como vimos, a ordem numérica era uma só) - decretados, sancionados e promulgados os seguintes atos integralmente transcritos no citado livro da Câmara de Pôrto Belo, abaixo resumidos:

LEI N.º 1, de 10-4-1835 — Instituinto impôsto sôbre os donos e administradores de casas de negócios - nacionais e estrangeiros - (cada um, cem mil réis - NCr\$ 0,10, dez centavos anualmente) e isenções,

RESOLUÇÃO N.º 2, de 10-4-1835 — criava cargos na Assembléia Legislativa; um 1.º Secretário (60.000 réis mensal - NCr\$ 0,60 - seis centavos); um 2.º Secretário (40.000 réis mensal - 4 centavos); um amanuense (40.000 réis mensal - 4 centavos); um continuo (30.000 mensal - 3 centavos); e um porteiro (200.000 réis anual - 20 centavos). Os de ordenado mensal, era só para o período das sessões, ficando dispensados, no período das sessões, de servirem de jurados e do serviço do Guarda Nacional.

RESOLUÇÃO N.º 3, de 10-4-1835 — marcava o tempo das sessões ordinárias da Assembléia Legislativa Provincial - Março e Abril de cada ano. Subsídios dos Deputados - 3.200 réis (não lá o correspondente no padrão atual - seria NCr\$ 0,0032 diários, durante as sessões ordinárias, extraordinárias e em prorrogação. A Ajuda de Custo - 1200 réis - NCr\$ 0,0012 - por légua, excluídos os Deputados que moravam a menos de 4 léguas do local das sessões.

RESOLUÇÃO N.º 4, de 10-4-1835 — determinava que o Secretário da Província ou a 1.ª Autoridade financeira que tivesse a seu cargo a Administração das Rendas Provinciais ou ambos conjuntamente, deveriam comparecer nas discussões da Assembléia para prestarem esclarecimentos, quando fôsem requisitados por intermédio do snr. Presidente.

RESOLUÇÃO N.º 5, de 10-4-1835 — consagrava a Capital da Província Destêrro - para o local de reunião da Assembléia Legislativa.

LEI N.º 6, de 15-4-1835 — aboliu o impôsto de 20% sôbre aguardente de consumo. a contar de 1-7-1835, substituído por "direito de Patente" a partir da mesma data, "sôbre aguardente e bebidas espirituosas". Regulava e determinava as aliquotas.

LEI N.º 7, de 15-4-1835 — substituiu o impôsto sôbre libra de carne verde e por cabeça de gado - a contar de 1-7-1835 - por uma taxa sôbre gado em pé - 800 réis (2 cruzados) - NCr\$ 0,0008 - por cabeça que passar para o centro da Província, pela Barra da Laguna, Rio Tubarão, Colonia São Pedro de Alcântara e Três Barras, caminho de Lapinha, aceitando que "se o tropeiro não tiver dinheiro, o Coletor podia aceitar letras - art. 5.º.

RESOLUÇÃO N.º 8, de 15-4-1835 — criou a freguezia de São Francisco de Paula de Canasvieira.

RESOLUÇÃO N.º 9, de 15-4-1835 — criou cadeiras de las. letras em São João do Imaruim; em São João Batista do Rio Vermelho; em SS Sacramento de Ithajay; em São Francisco de Paula e em Itapocoroia.

LEI N.º 10, de 29-4-1835 — mandava que todo marinheiro que se matriculasse para qualquer Pôrto fora da Província, em embarcações nacionais, pagaria 320 réis (três tostões e um vintém) - uma pataca - NCr\$ 0,00032 - para aplicação em beneficio do Hospital de Caridade; matrícula para Pôrto dentro da Província, pagaria 100 réis (um tostão) - NCr\$ 0,0001. Os marinheiros matriculados recebiam tratamento gratuito no Hospital (ver Decreto n.º 24 de 25-3-1836).

RESOLUÇÃO N.º 11, de 5-5-1835 — criou 2 colonias no Rio Itajaí Açú e Itajaí Mirim, da Freguezia do SS. Sacramento, cada uma com dois Arraiais: Pocinho, no Itajaí Grande e Taboleiro, no Itajaí Mirim, seguindo-se, com o desenvolvimento, os dois outros: BELCHIOR e RIBEIRÃO CONCEIÇÃO.

LEI N.º 12, de 5-5-1835 — Estinguio, a partir de 1-7-1835, o Corpo de Guardas Municipais Voluntários, criado pela Lei de 10-10-1831 e criava, na cidade de Destêrro, a Fôça policial, composta de um 1.º Comandante e um 2.º Comandante, de um Cabo e 8 soldados de Cavalaria montados e 4 Cabos e 36 soldados e 1 corneta de Infantaria. Nas Vilas de Laguna, Lages, São Francisco, São José, São Miguel e Pôrto Belo, o serviço policial deveria ser feito por pessoas alistadas pelo Juiz de Paz da Cabeça do Termo, a quem se subordinavam. Outros detalhes. Ver: Decreto n.º 31 (Regulamento) de 2-5-1836; Decreto n.º 37, de 20-5-1836; e Lei n.º 94, de 27-4-1838.

LEI N.º 13, de 8-5-1835 — criou pregoeiros nos Municípios - ver Resolução n.º 41, de 1-6-1836.

RESOLUÇÃO N.º 14, de 8-5-1835 — A jurisdição Eclesiástica do Termo da Villa de Lajes, passou ao Arcyprestado da Província de Santa Catarina.

RESOLUÇÃO N.º 15, de 12-5-1835 — autorizava ao Hospital que passar a criar a Mesa da Venerável Ordem da Penitência de Destêrro, a adquirir bens de raiz, até o valor de dez contos de réis, sem embargo da Lei.

RESOLUÇÃO N.º 16, de 12-5-1835 — mandava que as terras concedidas ao Hospital de Caldas de Cubatão, pelo Decreto de 18 de Maio de 1818 e pelos avisos de 8 de Outubro de 1818 e 30 de Agosto de 1820, ficassem a

cargo da Administração Municipal da Câmara de São José (Caldas do Sul e do Norte). - ver Lei n.º. 97, de 30-4-1838.

RESOLUÇÃO N.º. 17, de 12-5-1835 — autorizava ao Presidente da Província a contratar a abertura do Canal entre o Rio de Embahú e o mar da Pinheira - ver o Decreto n.º. 36, de 16-5-1836. NOTA - "o rio Embahú nasce da Serra da Cambirella, atravessando a lagoa do mesmo nome, desembocando ao sul da Ponta da Pinheira, entre os distritos de Garopaba e Enseada de Brito" (Município de Palhoça) - pg. 173 - 1.º volume do Dicionário Histórico e Geográfico de Estado de Santa Catarina de José Arthur Boiteux Ed. Azevedo Irmãos, Rio - 1915.

RESOLUÇÃO N.º. 18, de 12-5-1835 — criou escola na Villa de São Francisco.

RESOLUÇÃO N.º. 19, de 13-5-1835 — determinando às Câmaras Municipais, remetessem às outras cópias de suas Posturas bem como divulgá-las.

LEI N.º. 20, de 15-5-1835 — Cap. I - Orçamento para as Câmaras de Destêrro, Laguna, Lajes, São Francisco, São Miguel, São José e Pôrto Belo; Cap. II - discrimina as Rendas Municipais; Cap. III - Disposições Gerais.

LEI N.º. 21, de 13-5-1835 — Cap. I - Orçamento da Província; Cap. II Discriminações das Rendas - NOTA - Dito Orçamento, válido para o período 1-7-1835 até 30-6-1836, montava em 51:000\$000 (cincoenta e um contos de réis - NCr\$ 51,00, cinquenta e um cruzeiros novos), notem bem, era a arrecadação orçamentária anual da Província.

LEI N.º. 22, de 18-3-1835 — abertura e distribuição de crédito.

PRESIDÊNCIA JOSÉ MARIANO DE ALBURQUERQUE CAVALCANTE

LEI N.º.23, de 24-4-1836 — Organizou a Secretaria do Govêrno.

DECRETO N.º. 24, de 25-4-1836 — estende a Lei N.º. 10, de 29-4-1835, aos Marinheiros nacionais e estrangeiros que entrassem nos Portos da Província.

DECRETO N.º. 25, de 25-4-1836 — autorizou nomear Professor interino para a Escola de São Francisco, enquanto não houvesse habilitado.

DECRETO N.º. 26, de 25-4-1836 — aprovou a transação feita pelo Govêrno, com a "Sociedade Patriótica" (Ver Resolução N.º. 40, de 31-5-1836) - NOTA - Jerônimo Coelho possuía uma Tipografia, na Capital da Província que havia passado para a "Sociedade Patriótica" o que foi aprovado pelo Govêrno. Pela Resolução N.º. 40, de 31-5-1836, o Govêrno recebeu, por doação, a referida gráfica, passando a denominar-se "Typographia Provincial" hoje a "Imprensa Oficial".

DECRETO N.º. 27, de 25-4-1836 — gratificações aos Escrivães.

DECRETO N.º. 28, de 25-4-1836 — criou Secções de Pedestres - guardas de Presídios, Florestais, para proteger contra ataques de gentios, malfeitores e fugitivos.

DECRETO N.º. 29, de 28-4-1836 — determinou que as eleições de Vereaa-

dores das Câmaras Municipais, fossem de 2 em 2 anos, derogando o artigo 2º, da Lei Geral de 1º. de Outubro de 1828.

DECRETO N.º 30, de 28-4-1836 — Reduzio ao número de Freguezias e Capelas Curadas, o de Distrito de Paz, na Província. Em cada Distrito, 2 Juizes que serviriam 1 ano cada um, sendo suplente um do outro, revestando-se um no ano do outro e na falta de ambos, o cidadão que se seguir na ordem de votação. Também um Escrivão. Mandou que as eleições para Juizes occorressem com as de Vereadores.

DECRETO N.º 31, de 2-5-1836 — Regulamentou a Fôrça Policial - ver Leis números 12, 37 e 94.

DECRETO N.º 32, de 7-5-1836 — Criou a Paróquia de Nossa Senhora da Piedade, a margem do Rio Tubarão, Município de Laguna.

DECRETO N.º 33, de 7-5-1836 — Regulou as nomeações dos Funcionários da Província. NOTA - Eis o 1º. Estatutos dos Funcionários Públicos de Santa Catarina - ver Lei 35.

DECRETO N.º 34, de 14-5-1836 — Concedeu 2 Loterias à Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos.

LEI N.º 35, de 14-5-1836 — Regulou o Provimento de Cadeiras, por Concurso - ver Lei 33.

DECRETO N.º 36, de 16-5-1836 — s/ o Canal Rio Embahú até o Mar da Pinheira - derogando algumas disposições da Resolução N.º. 17, de 12-5-1835.

PRESIDÊNCIA MIGUEL DE SOUZA MELLO

LEI N.º 37, de 20-5-1836 — (o Presidente da Província recusou a sanção desta Lei, daí a Assembléia, não concordando com o veto, tê-la promulgado) Reduz a Fôrça Policial, criada pela Lei n.º. 12, de 5 de Maio de 1835, para 1 Comandante, 1 Sargento, 8 soldados de cavalaria, 2 cabos e 20 soldados de Infantaria - ver Lei n.º. 64, de 8-4-1837.

RESOLUÇÃO N.º 38, de 31-5-1836 — Regulava a promulgação das Leis.

LEI N.º 39, de 31-5-1836 — Regulou a desapropriação de bens para utilidade pública.

RESOLUÇÃO N.º 40, de 31-5-1836 — Recebeu por doação, da "Sociedade Patriótica", a Tipografia que passou a "Typografia Provincial" - hoje a Imprensa Oficial - NOTA - No arquivo da Câmara de Pôrto Belo, também se encontra officio de 12-9-1846, do Presidente da Província encaminhando ao Presidente da citada Câmara, um volante impresso, para divulgação e tomar assinaturas da "Gazeta Official" (o atual Diário Oficial da União) que seria fundada e impressa na Typographia Nacional.

(Conclui no próximo número)

BLUMENAU

E A SUA IMPRENSA

XXII

“ZÉ PEREIRA”

Êste jornalzinho crítico e humorístico, apareceu no carnaval de 1917. Seu formato era de 22 x 31 cm., com 4 páginas, redigido parte (a maior) em português e parte em alemão.

Publicou-se um único número. O artigo de fundo, em que o pseudo redator Jacob V. Müller faz a sua apresentação, apesar de jocoso, é muito bem feito e bem escrito.

A matéria que enche as quatro páginas é a comum a publicações dessa natureza: críticas, anedotas, “implicações”, versos brejeiros, etc.

Mexendo com os dandis e melindrosas da época, deve ter causado sucesso e muita hilaridade. Manteve-se sempre dentro da linha da decência, sendo suas críticas sem malícia.

A Biblioteca Municipal possui um exemplar.

XXIII

“GAZETA BLUMENAUENSE”

Como decorrência do ato de declaração de guerra do Brasil à Alemanha, a 26 de outubro de 1917, entre outras medidas de emergência, tomadas pelo governo federal, foi proibida, em todo o território nacional, a publicação de jornais e outros periódicos e livros em língua alemã.

Os dois jornais que, então, eram publicados em Blumenau não tiveram outro caminho a seguir senão encerrar as suas atividades, ou transformarem-se em fôlhas redigidas totalmente em português.

Exatamente com o seu número 84, do 36º. ano, da mesma data da declaração de guerra, o “Blumenauer-Zeitung” deu por encerrada as suas atividades.

Em substituição, surgiu a 1º. de novembro, seguinte, a “Gazeta Blumenauense”, no mesmo formato de 32 x 46,5 cm. Como sub-título trazia: “Órgão em prol dos interesses econômicos do Município de Blumenau”. Não trazia indicação de responsáveis nem de redatores. As assinaturas custavam, em Blumenau, Brusque e Itajaí á razão de 6\$000 por ano; no restante do país de 7\$000 e no estrangeiro de 12\$000. Nas indicações de ano e de edição, acrescentara-se após o Ano I, o número 36 entre parêntesis, corres-

pondente ao da ordem que vinha seguindo o "Blumenauer-Zeitung". Após o n.º I, correspondente à primeira edição da "Gazeta", vinha igualmente entre parêntesis, o n.º 85 que corresponderia ao da fôlha em língua alemã.

Justificando o aparecimento do jornal, publicava-se nas "Notícias locais": "Aos nossos leitores. Estando declarado o estado de guerra entre o Brasil e a Alemanha, o govêrno brasileiro decretou, imediatamente, a suspensão dos jornais publicados em idioma alemão em todo o território da República. Acatamos prontamente esta determinação do nosso govêrno, não deixando sair a edição de terça-feira, que já se achava pronta. Para tornar conhecidos do público os editais, a fim de que a nossa população ordeira possa cumprir exatamente a lei, no que ela tem timbrado até agora e para desmentir boatos infundados e malévolos, realizamos uma velha e justa aspiração nossa - publicar em Blumenau um hebdomadário escrito em língua portugueza. Tipografia Baumgarten".

Êsse primeiro número da "Gazeta Blumenauense" apareceu com apenas duas páginas, passando, nas edições seguintes, a circular com 4 páginas.

Como era natural, em face de acontecimentos que empolgavam a atenção do mundo inteiro e, muito particularmente, do elemento de origem germânica, a maior parte da matéria do jornal constava de notícias sôbre o conflito mundial, abstendo-se, prudentemente, de comentários próprios, tanto sôbre êsse conflito quanto sôbre as medidas que o govêrno brasileiro vinha pondo em prática no sentido de salvaguardar os interêsses da segurança nacional. Alguns artigos de análise dos acontecimentos na Europa e no país, eram, geralmente, extraídos de outras fôlhas brasileiras, do Rio de Janeiro, principalmente.

"Gazeta Blumenauense" foi publicada, semanal e ininterruptamente, até fins de agôsto quando, cessados os motivos que deram causa ao seu nascimento, deu lugar a que o "Blumenauer-Zeitung" retornasse à luta, publicado às segundas e quintas-feiras, totalmente redigido em alemão, salvo alguns anúncios e os atos oficiais que continuaram em português. O último número de "Gazeta Blumenauense" publicou-se a 20 de agôsto de 1919. Foi o de n.º 33 do 2.º ano.

X X I V

"COMMÉRCIO DE BLUMENAU"

As mesmas razões que obrigaram o "Blumenauer-Zeitung" a substituir, por um nôvo jornal em língua portugueza, compeliram o "Der Urwaldsbote" a suspender a sua publicação.

Com o número 34, do 25.º ano (26 de outubro de 1917) o "Der Urwaldsbote" desapareceu para dar lugar, a 3 de novembro seguinte, ao primeiro número de uma nova folha, redigida em vernáculo, sob o título de "Commércio de Blumenau".

Seu formato era o mesmo do "Der Urwaldsbote" (34 x 50 cm.) e, como a "Gazeta Blumenauense", quase que se limitava, nos primeiros

meses, a dar notícias do conflito mundial e no qual o nosso país também se vira obrigado a envolver-se.

“Commércio de Blumenau” começou aparecendo semanalmente, mas, já do n.º 4 em diante, passou a ser editado duas vêzes por semana, às terças e sextas-feiras. Nos dois primeiros números não figuravam os nomes dos responsáveis, mas, do terceiro em diante, e no final da 3.ª página, como as demais aberta em três colunas de 10 centímetros de largura, aparecem, em tipo corpo 8 os nomes do editor A. Schrader e do redator Eugênio Fouquet.

Do segundo dêsses responsáveis já dissemos alguma coisa quando tratamos da fundação e desenvolvimento do “Der Urwaldsbote”. O primeiro, Alvin Schrader, antigo Superintendente Municipal (de 1903 a 1914), fazia parte do grupo que adquirira aquele jornal da Conferência Pastoral Evangélica.

Mesmo depois das oficinas e da direção do “Der Urwaldsbote” •passarem para a responsabilidade de G. Arthur Koehler, Schrader continuou a ter influência direta sôbre o jornal, já porque Elsbeth Koehler, espôsa daquele, e que, como vimos, teve sôbre si, nos últimos tempos, a responsabilidade da publicação do jornal, era irmã do mesmo Schrader.

O preço da assinatura, que era de 600 réis por mês, foi elevado para 2\$000 por trimestre, a partir de 1.º de julho de 1918.

Publicado regularmente, o bissemanário “Commércio de Blumenau” atravessou todo o difícil período da guerra sem se envolver em polêmicas, atendendo as ordens e recomendações das autoridades civis e militares. Alguma leve crítica que se atrevia a fazer aos atos oficiais, era-o sempre em transcrições de outras folhas do país. Com prudência conseguiu atravessar os quase três anos de anormalidade para, a final, cessar as suas atividades com o número de 22 de agosto de 1919 (n.º 16 do III ano).

Já no dia seguinte, 23, reaparecia o “Der Urwaldsbote”, completamente redigido no idioma alemão, continuando a numeração do “Commércio de Blumenau”.

X X V

“O NACIONAL”

Em novembro de 1917, um submarino da marinha de guerra alemã afundou, no Golfo de Biscaia, nas costas espanholas, o navio mercante brasileiro “Macau”, aprisionando o seu comandante.

Êsse era o quarto navio brasileiro pôsto a pique pelos alemães, empenhados em conflito armado com a Inglaterra, a França, os Estados Unidos e muitas outras nações do Velho e do Novo Mundo.

O fato irritou o govêrno e a população do nosso país, levantando violentas ondas de protestos e clamores por medidas enérgicas contra os opressores.

Em virtude de mensagem do presidente da República, o Congresso Nacional declarou o estado de guerra entre o Brasil e a Alemanha. Daí

resultaram medidas no sentido de salvaguardar a dignidade e a segurança da nação. Entre as providências tomadas, foi proibida a publicação de jornais em idioma alemão e o uso dessa língua em repartições e logradouros públicos.

Os dois jornais blumenauenses, o "Der Urwaldsbote" e o "Blumenauer Zeitung" passaram a ser redigidos no idioma nacional, mudando de título e de orientação.

Fruto quase que exclusivo da colonização germânica, Blumenau constituía-se num centro onde a língua predominante era o alemão. No seio das famílias, nas sociedades, nas transações comerciais, mesmo nas escolas e repartições públicas quase só se falava e lia o alemão.

Era, pois, natural que as atenções das autoridades estaduais e federais se voltassem, com especial cuidado, para a região do Vale do Itajaí, exigindo o fiel cumprimento das medidas de emergência decretadas e, não raro, exagerando, a sua execução, cometendo arbitrariedades e injustiças.

Entre as autoridades e os luso-brasileiros, então residentes em Blumenau, havia alguns nacionalistas extremados, violentos. E, como os dois jornais locais, embora redigidos, agora, em vernáculo, comedidos e prudentes nas notícias e nos comentários, continuassem a dedicar quase tôdas as suas seções às informações sôbre o conflito armado, transcrevendo editoriais de grandes jornais do país menos contaminados pelo ódio à Alemanha, resolveram fundar um novo semanário que combatesse de frente, e enèrgicamente, o pangermanismo em tôdas as suas manifestações.

Assim, a 1.º de janeiro de 1918, apareceu o primeiro número do "O Nacional" sob a gerência de Ildefonso Teixeira e redatoriado por divesos.

Do seu programa, exposto no editorial, já se poderia antever os extremos a que chegaria e que, certamente, levariam a fôlha e os seus responsáveis a situações que, indubitavelmente, não poderiam concorrer, como se pretendia, para levar os blumenauenses de tôdas as descendências e de tôdas as condições sociais, à união em tôrno dos sagrados interesses nacionais.

Infelizmente, ao que transparece, hoje, do exame sereno e ponderado do acervo de que se compõem as edições vindas a lume, mais que um propósito equilibrado e patriótico de apontar erros e sugerir medidas adequadas para as soluções respectivas, o espírito que presidiu ao nascimento do "O NACIONAL" foi o de ódio indiscriminado contra a Alemanha e contra tudo quanto fôsse alemão.

Daí o terem, logo após o aparecimento dos primeiros números, surgido atritos, malquerenças, protestos, reação natural daqueles que, nascidos de pais alemães, ou mesmo filhos da pátria de Goethe, aqui trabalhavam, sinceramente dedicados ao progresso e desenvolvimento da terra brasileira, dispostos a defendê-la em qualquer emergência e a custo de qualquer sacrificio, de como mais de uma vez haviam dado provas.

Semeando desinteligências, suscitando desconfiças, invadindo o terreno das retaliações pessoais, fomentando ódios, a vida dêsse periódico não poderia ser longa e muito menos construtiva.

Reagindo contra uma situação anormal, que os próprios govêrnos

haviam, não apenas tolerado, mas mesmo incentivado, por conveniências de ordem político-partidária, o jornal não soube compreender a gravidade do problema, nem a profundidade e a delicadeza da questão. Teria, se outra tivesse sido a sua orientação, prestado assinalados serviços à causa da aculturação dos colonos do Vale do Itajaí, como o fizeram outras fôlhas, redigidas em vernáculo, surgidas posteriormente.

“O Nacional” foi impresso, de início, nas oficinas do “Blumenauer Zeitung”, no formato de 32 x 46,5 cm. com, geralmente, quatro páginas. Mas, de tal forma foram se agravando, com o passar dos meses, as conseqüências do arraigado nativismo do jornal, que a editôra, embora sujeitando-se a penalidades decorrentes da quebra do contrato, alta multa em dinheiro, resolveu não mais imprimi-lo. Os donos da tipografia haviam se ressentido, principalmente, porque o “Nacional”, ultrapassando todos os limites das conveniências e da justiça, ofendera, profundamente, tôda a raça germânica atribuindo-lhe defeitos graves e práticas degradantes e desumanas.

Forçados, pois, por essa circunstância, os diretores do “O Nacional”, viram-se na contigência de mandar imprimir o jornal da tipografia do “Novidades”, de Itajaí, de propriedade dos irmãos Konder.

O formato permaneceu o mesmo e os ataques aos “alemães” de Blumenau redobram de violência.

Do número 24, inclusive (16 de junho de 1918) ao número 27, de 7 do mês seguinte, (portanto, quatro edições) o jornal foi publicado na vizinha cidade.

Do número 27 em diante, “O Nacional” passou a ser impresso numa pequena oficina adquirida pelo advogado Alfredo Luz. O prelo era pequeno, manual, forçando a diminuição do formato do jornal, que passou a ser de 27,5 x 39,5 cm. Nesse formato e editado em oficinas próprias, “O Nacional” viveu ainda até abril de 1919 quando, com o número 66, de 13 desse mês, desapareceu de circulação.

Traçando-lhe o necrológio, eis como a “Gazeta Blumenauense” noticiou o fato: “O Nacional” morreu. E no transe de moribundo colocou, mais uma vez, o seu canhão de grosso calibre, carregado com munição “patriotismo” contra a “Gazeta”. Mas essa munição da marca “O Nacional” já é muito estragada e a explosão não tem nenhum efeito, se não significa uma “declaração de honra”. O patriotismo dos nossos adversários é bem conhecido; cada um pode comprá-lo, até mesmo o pangermanista. As provas não são raras. Adeus”.

A primeira torrefação de café, na cidade de Itajaí, foi estabelecida em 1907, pelo comerciante Manoel Antônio Fontes que, em fins daquele ano, montou uma tal indústria na Barra do Rio. O produto dessa torrefação, pela sua pureza e sabor teve fama e grande saída, numa época em que, geralmente, a torrefação e moagem do café eram tarefas de donas de casa.

Empresa Industrial

Garcia S.A.

B L U M E N A U — ESTADO DE SANTA CATARINA

Escritório e Fábrica : - Rua Amazonas, 4.906 - Garcia

Endereço Telegráfico : «GARCIA» - Caixa Postal, 22

Fiação e Tecelagem de Algodão

FIOS DE ALGODÃO DE SUPERIOR QUALIDADE

TOALHAS FELPUDAS DE ROSTO DE BANHO

TOALHAS DE MESA — PANOS DE COPA

LENÇOS — ROUPÕES, ETC. — ATOALHADOS

CRETONES E OUTROS TECIDOS

INDÚSTRIA TÊXTIL

Companhia Hering

BLUMENAU - Estado de Santa Catarina - Brasil

RUA HERMANN HERING, 1790 - CAIXA POSTAL, N.º 1

TELEGR. : «TRICOT»

≡ HERING ≡

FÁBRICA DE:

ARTEFATOS DE MALHA

FUNDADA EM 1880

Contribuindo para a

Grandeza do Brasil

em seu Comércio

e Indústria